



WHITAKER, R. *Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

Mariana Nogueira Rangel Pande¹, Paulo Duarte de Carvalho Amarante²

O recém-publicado livro do jornalista estadunidense Robert Whitaker tem todos os elementos para causar um grande impacto no Brasil. Lançado em junho deste ano, no III Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), ele aborda, com linguagem acessível a especialistas e não especialistas, o tema complexo e polêmico que é a relação entre as drogas psiquiátricas, o processo de construção científica e a intervenção da indústria farmacêutica. Se pudéssemos reduzir em duas frases seu argumento central, assim o diríamos: o autor mostra, com base em pesquisas publicadas em revistas científicas de ponta, que o aumento significativo do uso dos psicofármacos nas últimas décadas está associado ao mito da teoria do desequilíbrio químico cerebral, com forte influência da indústria farmacêutica. Indica, também, os efeitos deletérios e iatrogênicos desse uso, em médio e longo prazos.

Numa linha também desenvolvida por Marcia Angell (2010), Whitaker analisa a questionável epidemia de transtornos mentais nos Estados Unidos. É curioso que, a despeito do aumento significativo de substâncias supostamente capazes de combater os ditos transtornos mentais, tem aumentado o número de pessoas com diagnósticos dessa natureza. Como explicar esse paradoxo? Para além da

problemática da transformação dos diagnósticos nos manuais diagnósticos oficiais, cada vez mais elásticos e inclusivos, o autor mostra que isso se deve, possivelmente, ao próprio efeito iatrogênico dos medicamentos.

O que a literatura especializada indica é que as drogas psiquiátricas alteram, muitas vezes de forma irreversível, o funcionamento do cérebro, daí a modificação no comportamento de quem as usa. É aí que se apoia o mito do desequilíbrio químico cerebral, resultado de uma virada incrivelmente sagaz da indústria farmacêutica. Já se constatou, por exemplo, que alguns antidepressivos fazem aumentar a serotonina no cérebro, assim como alguns antipsicóticos bloqueiam a dopamina, efeitos muito conhecidos em diferentes pesquisas. Mas o curioso é que conseguiu-se convencer a população de que, se os medicamentos provocam tais alterações, logo, a depressão se dá pela insuficiência de serotonina no cérebro, assim como a esquizofrenia ocorre em função do excesso de dopamina.

Daí advém a ideia de ‘pílula mágica’, termo que, apesar de sua adequação, é insuficiente para expressar o equivalente em inglês, ‘*magic bullet*’ (ou ‘bala mágica’, em tradução literal para o português). Não se trata aqui do sentido de magia simbólica dos efeitos que produzem, mas de outros pressupostos. De forma similar ao modelo microbiano, e à

¹Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (Laps) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. nogueirarangel@gmail.com

²Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (Laps) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. pauloamarante@gmail.com

descoberta da penicilina para o tratamento de infecções, acredita-se que os medicamentos psicotrópicos atinjam, com a mesma precisão de uma bala certa que alcança o alvo desejado, a causa da doença que se quer combater. No entanto, não se pode dizer que eles tenham essa mesma relação de causa-efeito esperada em outras classes de medicamentos. No lugar de corrigirem desequilíbrios químicos cerebrais, os psicofármacos os provocam, resultando em uma mudança esperada no comportamento, nas sensações, na expressão etc.

Whitaker se utiliza de três recursos metodológicos para construir o seu argumento: em um primeiro momento, faz uma comparação histórica de três etapas – pacientes hospitalizados em 1955; adultos e crianças ditas incapacitadas por transtornos mentais em 1987; assim como em 2007. Mostra que os prognósticos dos transtornos mentais pioraram após a revolução psicofarmacológica, na década de 1950, quando as internações diminuíram, mas a dita cronificação dos quadros aumentou.

Além disso, faz uma revisão abrangente das evidências produzidas ao longo das últimas décadas, relativizando os benefícios dos psicofármacos. Mostra como alguns pesquisadores da área tiveram suas carreiras destruídas por apontarem problemas decorrentes do uso desses medicamentos. É o caso de David Healy, cujo convite para trabalhar na Universidade de Toronto foi retirado depois da publicação de um trabalho em que mostrava que algumas pessoas cometeram suicídio após tomar antidepressivos do tipo Inibidor Seletivo de Receptação de Serotonina (ISRS). Apresenta, então, um quadro geral motivado por fortes conflitos de interesse que contribuem para a produção de ciência, que tende mais a apresentar os benefícios do que os riscos dos psicotrópicos.

Na terceira base do tripé metodológico, realiza entrevistas com cerca de 30 pessoas diagnosticadas com transtornos mentais, que fazem ou fizeram uso de diferentes tipos de psicotrópicos e que passaram a reinterpretar

suas histórias de vida ao se darem conta dos prejuízos decorrentes de tais medicamentos. O próprio autor reconhece os limites desse método: o fato de pacientes, familiares e profissionais de saúde atribuírem determinados valores ao uso dos medicamentos não é suficiente para conhecer os seus mecanismos de ação. Suas impressões pessoais não são capazes de identificar se os sintomas residuais e persistentes, sobretudo após seu uso continuado, são um processo típico da doença ou o produto da medicação. De qualquer maneira, é um recurso que permeia toda a sua argumentação, exemplificando com casos reais as consequências – em geral, negativas – do uso continuado dos psicotrópicos, em longo prazo.

Whitaker não adota uma postura impermeável às contradições e aos dilemas enfrentados pelas pessoas (tanto as que sofrem com suas condições quanto familiares e profissionais de saúde). Ao contrário, procura mostrar como esses impasses são atravessados por um discurso científico que justifica e apoia determinadas opções terapêuticas em relação a outras. Assume, ao final, a proposição de algumas experiências positivas que não adotam a psicofarmacologia como mecanismo central de suas ações de cuidado, obtendo resultados bastante positivos, como a experiência finlandesa do ‘diálogo aberto’. Práticas contra-hegemônicas bem sucedidas que nos mostram que é possível ter caminhos alternativos para aquilo que se convencionou chamar de ‘transtorno mental’, e que, nessa redução, não dão conta de explicar a diversidade humana.

Dessa forma, o livro traz implicações significativas para a realidade brasileira, a partir de diferentes aspectos epidemiológicos e epistemológicos. Por um lado, os dados trazidos por Whitaker evidenciam as grandes lacunas no conhecimento, no Brasil, a respeito do consumo de psicofármacos, informações guardadas a sete chaves pela indústria farmacêutica.

Por outro lado, mostra como os

argumentos científicos favoráveis ao uso desses medicamentos são hegemônicos e se sobrepõem a outras possibilidades de intervenção, embora haja fortes conflitos de interesse que beneficiem a indústria farmacêutica. Num interessante paradoxo, a ciência, quando resumida e explicada para os não especialistas, é aceita como num movimento de fé, de dogma, e torna-se inquestionável. Uma neurocientista norte-americana, Molly Crockett (2012), mostra o desfavor que a mídia e a indústria fazem ao reduzir as descobertas da neurociência a informações superficiais e aproximadas, ao mesmo tempo que justificam o caráter científico das informações transmitidas: é o que ela chama de ‘neurobobagem’. Aponta, por exemplo, para

uma pesquisa em que um mesmo artigo científico foi mostrado para dois grupos de pessoas, a fim de que dissessem sua crença no resultado das pesquisas. Para um grupo, o artigo continha uma imagem cerebral, enquanto, para o outro, não. Constatou-se que a crença nos resultados da pesquisa entre os participantes do primeiro grupo foi bem maior do que entre os do segundo.

Dessa maneira, o livro ‘Anatomia de uma epidemia’ traz uma contribuição importante para repensar o papel hegemônico da ciência e para evidenciar os paradoxos que ela carrega. Só assim é que se poderá não refutá-la, mas contribuir para as suas produções e recolocar o papel do tratamento farmacológico em nossa sociedade. ■

Referências

ANGELL, M. *A verdade sobre os laboratórios farmacêuticos: como somos enganados e o que podemos fazer a respeito*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

CROCKETT, M. *Molly Crockett: cuidado com a neuro-bobagem*. 2012. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/molly_crockett_beware_neuro_bunk?language=pt-br#t-2709>. Acesso em: 7 jul. 2017.

WHITAKER, R. *Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

Recebido para publicação em setembro de 2017
Versão final em setembro de 2017
Conflito de interesses: inexistente
Suporte financeiro: não houve